

Reflexões sobre a retomada de atividades acadêmicas na UFMG no contexto da pandemia do Covid-19

Comissão Permanente de Ações Afirmativas e Inclusão da UFMG

Diante das instabilidades e incertezas que a pandemia do novo coronavírus traz à sociedade, as instituições têm se confrontado com novos desafios. Ao mesmo tempo em que demandam adaptações em relação a processos estáveis, tal contexto ameaça o curso de políticas de ação afirmativa, pois a pandemia tende a atingir de modo mais intenso os setores mais vulneráveis da sociedade¹, tais como negras e negros (e em especial os quilombolas), indígenas; mulheres; LGBTI's; pessoas com deficiência.

Frente a necessidade de distanciamento social ressaltada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como medida fundamental no combate à pandemia, as salas de aula se tornaram temidas. Instituições de ensino em todo o mundo têm implementado medidas para garantir a segurança de seus corpos docentes, discentes e técnico-administrativo. Entre elas, o ensino remoto tem sido frequentemente utilizado pelo ensino superior.

Este documento, elaborado pela Comissão Permanente de Ações Afirmativas e Inclusão (CPAAI) da UFMG, parte de tal contextualização para debater a retomada de atividades acadêmicas pela Universidade. Foi elaborado a partir de discussões (remotas) da CPAAI e se funda nas diretrizes da OMS e do Comitê Permanente de Acompanhamento das Ações de Prevenção e Enfrentamento do novo Coronavírus da UFMG.

¹ A exacerbação das desigualdades em todo o mundo é reiterada pela ONU (como em <https://nacoesunidas.org/especialista-independente-da-onu-alerta-que-estados-devem-incluir-comunidade-lgbti-na-resposta-a-covid-19/>), UNICEF (<https://nacoesunidas.org/unicef-garantir-acesso-de-criancas-vulneraveis-a-internet-e-essencial-na-resposta-a-covid-19/>), UNFPA (<https://nacoesunidas.org/covid-19-especialistas-discutem-aco-es-efetivas-para-enfrentamento-da-violencia-contra-a-mulher/>), OIT (<https://nacoesunidas.org/oit-pandemia-expoe-lacunas-na-cobertura-de-protecao-social-dos-paises-em-desenvolvimento/>), entre outras. No Brasil, o número de negros mortos pelo Covid-19 é maior do que o de brancos (<https://apublica.org/2020/05/em-duas-semanas-numero-de-negros-mortos-por-coronavirus-e-cinco-vezes-maior-no-brasil/>) e a violência doméstica dá indícios de alta (<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/violencia-domestica-pode-ter-aumentado-no-brasil-aponta-pesquisa-com-participacao-da-ufmg>), como já alertava a ONU Mulheres (<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/COVID19.pdf>). Também há relatos de intensificação da vulnerabilidade de Indígenas em todo o país (<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/23/81-mil-indigenas-estao-em-situacao-de-vulnerabilidade-critica-em-caso-de-exposicao-a-covid-19-diz-estudo.ghtml>, <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-05-06/os-indigenas-da-amazonia-lancam-um-sos-para-pedir-protecao-ante-a-pandemia.html>).

Antes de qualquer consideração, ressaltamos a posição desta Comissão em defesa do isolamento social, medida inequívoca de enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus. Entendemos que a realização de atividades presenciais estão descartadas neste momento e sua futura ocorrência deverá obedecer rigidamente às normas de saúde pública. Esta Comissão compreende que nenhuma proposta substituirá o ensino presencial.

No que se refere à realização de atividades acadêmicas não presenciais, um primeiro ponto a se destacar é a diferença entre Educação à Distância (EaD) e Educação Remota Emergencial (ERE). HODGES *et al*² (2020) alertam para a relevância de tal diferenciação, apontando para o histórico de discussão sobre a definição de conceitos como ensino a distância, ensino distribuído, ensino on-line, ensino móvel, entre outros.

De modo a desenvolver tal discussão, Arruda destaca que “Atender, por meio de tecnologias digitais, alunos afetados pelo fechamento das escolas, não é a mesma coisa que implantar Educação à Distância” (2020, p. 265)³, apontando para o caráter emergencial da adoção das modalidades remotas de ensino no âmbito da pandemia do novo coronavírus. Defende ainda que, ao contrário das transmissões ao vivo de aulas por plataformas digitais com a sua gravação para disponibilizar tais encontros aos que não puderam estar presentes no momento em que se desenvolveram, adotadas por muitas instituições de ensino superior em todo o mundo,

A EaD envolve planejamento anterior, consideração sobre perfil de aluno e docente, desenvolvimento a médio e longo prazo de estratégias de ensino e aprendizagem que levem em consideração as dimensões síncronas e assíncronas da EaD, envolve a participação de diferentes profissionais para o desenvolvimento de produtos que tenham, além da qualidade pedagógica, qualidade estética que é elaborada por profissionais que apoiam o professor na edição de materiais diversos. (2020, p. 265).

Para além de tais aspectos que evidenciam as diferenças fundantes entre EaD e ERE, vale destacar que a EaD também é regida por legislação específica, como o Decreto 9057/2017; o Decreto 9235/2017 e portarias do Ministério da Educação⁴.

2 HODGES, Charles; MOORE, Stephanie; LOCKEE, Barb; TRUST, Torrey & BOND, Aaron. The difference between emergency remote teaching and online. Disponível em <<https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning>>. Acesso em 23 mai. 2020.

3 ARRUDA, Elcídio P. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. EmRede, v. 7, n. 1, p. 257-275. Disponível em: <<https://www.aunirede.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621>>. Acesso em 23 mai. 2020.

4 Disponíveis em <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/193-secretarias-112877938/seed-educacao-a-distancia-96734370/12778-legislacao-de-educacao-a-distancia>

Mesmo que seja importante a diferenciação entre EaD e ERE, esta Comissão não o faz no sentido de estabelecer hierarquias entre ambas – ou entre elas e o ensino presencial. Pelo contrário, entende que é preciso buscar alternativas para que, respeitado o distanciamento social, sejam implementadas medidas que visem, para além do cumprimento de calendários, a manutenção dos vínculos entre a Universidade e seus corpos docente, discente e técnico-administrativo; a continuidade da busca por uma universidade pública, gratuita, diversa e de qualidade; e o combate às desigualdades.

A partir de tais reflexões, é importante ter em mente que o uso de ferramentas digitais não pode se restringir à reposição ou à oferta de disciplinas. De forma ampliada, é preciso pensar tais ferramentas de acordo com a vocação plena da universidade, englobando atividades de ensino, pesquisa e extensão, além da administração – uso que já vem sendo feito.

Vale lembrar que a comunicação digital por meio de plataformas pode, e de fato é usada, não apenas para dar visibilidade a fluxos majoritários, como também para fortalecer a manutenção de vínculos e a troca de experiências entre grupos vulneráveis e, muitas vezes, minoritários⁵. Cabe, portanto, demandar que se implemente um uso democrático das ferramentas digitais voltados a valorizar as diferenças e a potencializar as diversas culturas, em vez de uniformizar pensamentos, comportamentos e respostas.

Mas tal premissa já encontra obstáculos, em especial a diversidade – e mesmo a ausência – das possibilidades de acesso pleno à Internet. Se é verdade que quase todos temos um aparelho de telefone celular na contemporaneidade, também se faz mister pensar que as conexões se dão de maneira bastante diversa e instável, de acordo com os planos de acesso das operadoras de telefonia; as regiões da cidade, hierarquizando bairros privilegiados em relação a vilas, aglomerados, comunidades; e entre as áreas urbanas e rurais, comunidades do campo, aldeias indígenas.

Sendo assim, um elemento importante na construção de alternativas para manutenção do vínculo acadêmico e retomada oportuna das atividades, portanto, diz respeito a enfatizar a busca coletiva de soluções e proposições, que privilegiem abordagens flexíveis e transversais (não disciplinares). Para tal, é fundamental que tenham espaço todos os segmentos envolvidos nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração, garantindo presença representativa de estudantes e técnicos administrativos nas decisões, além de professores. Também é preciso

⁵ As redes de estudantes mães, de estudantes transexuais e os coletivos negros e LGBTI's são alguns exemplos nesse sentido.

que essa representação considere as diferentes inserções e pertencimentos de raça/etnia, gênero e orientação sexual, classe e especificidades relacionadas às pessoas com deficiência.

A representatividade, aliás, pode ser vista como aliada dos diagnósticos. A fim de manter as conquistas das políticas de ações afirmativas e inclusão alcançadas nos últimos anos e zelar por sua desejada ampliação, o diagnóstico precisa ir além do acesso à tecnologia e pensar seus usos – certamente, diversos não apenas no corpo discente, mas também no docente e no técnico-administrativo. Tais usos, reforçamos, se dão de acordo com as especificidades da inserção cultural, territorial, socioeconômica e as diferenças de gênero/orientação, especificidades relacionadas às pessoas com deficiência, raça/etnia.

Além da preocupação com o acesso e com os limites e possibilidades dos usos sociais das tecnologias de comunicação, há ainda outras questões que, no entendimento desta Comissão, devem ser consideradas na elaboração das proposições para a retomada de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

É importante considerar que todos os segmentos da comunidade acadêmica estão em uma dinâmica territorializada que, durante a quarentena, tende a ser familiar⁶, dificultando o cumprimento de atividades pedagógicas de caráter individual. Há um conjunto de situações que não se reduz ao problema do acesso às tecnologias de comunicação – como por exemplo, durante a quarentena, a mãe que cuida dos filhos ou o filho que cuida da mãe idosa podem ter acesso à tecnologia de ponta, sem que seja possível cumprir as atividades remotas demandadas; ou estudantes, que podem acompanhar as aulas via celular, mas não conseguirão digitar trabalhos das disciplinas, ou acessar textos disponíveis nas bibliotecas das unidades; ou professores que não dominam as ferramentas digitais. Essas são questões que apenas ilustram as muitas especificidades debatidas por esta Comissão e para as quais se faz necessário a busca por alternativas coletivas, que propiciem a construção de processos que permitam a troca e a socialização, em vez da individualização da busca por solução e a redução dos processos pedagógicos aos limites do ensino.

Frente a tais ponderações e à indiscutível necessidade de, por um lado, manter o distanciamento social e, por outro, manter os vínculos que unem a comunidade universitária, esta ⁶ A presença em tempo ampliado no contexto familiar, se pode trazer vantagens em relação à convivência, também se mostra potencializadora de inserções violentas. Nesse sentido, dados de ocorrências policiais mostram um alto crescimento da violência contra a mulher durante a quarentena; jovens LGBTI's são aconselhados a se manterem no armário nesse período, a fim de evitar que sofram violência ou sejam expulsos de casa. Por outro lado, famílias de baixa renda se vêem impossibilitadas de manter qualquer isolamento social, mantendo as atividades de trabalho externo e dividindo moradia com muitas outras.

comissão indica ainda, além da importância do foco na construção coletiva, a necessidade de considerar casos específicos de modo a que nenhum membro da comunidade acadêmica seja excluído em função da pandemia do novo Coronavírus.

Sabemos que diversas instâncias da UFMG têm se dedicado a ampliar as possibilidades de suporte aos membros da comunidade acadêmica na tarefa de manter firme o vínculo com a instituição e enfrentar os desafios desse momento. Coletivamente, faremos essa travessia!

Desejamos saúde a todas as pessoas.

Belo Horizonte, 02 de junho de 2020

COMISSÃO PERMANENTE DE AÇÕES AFIRMATIVAS E INCLUSÃO